

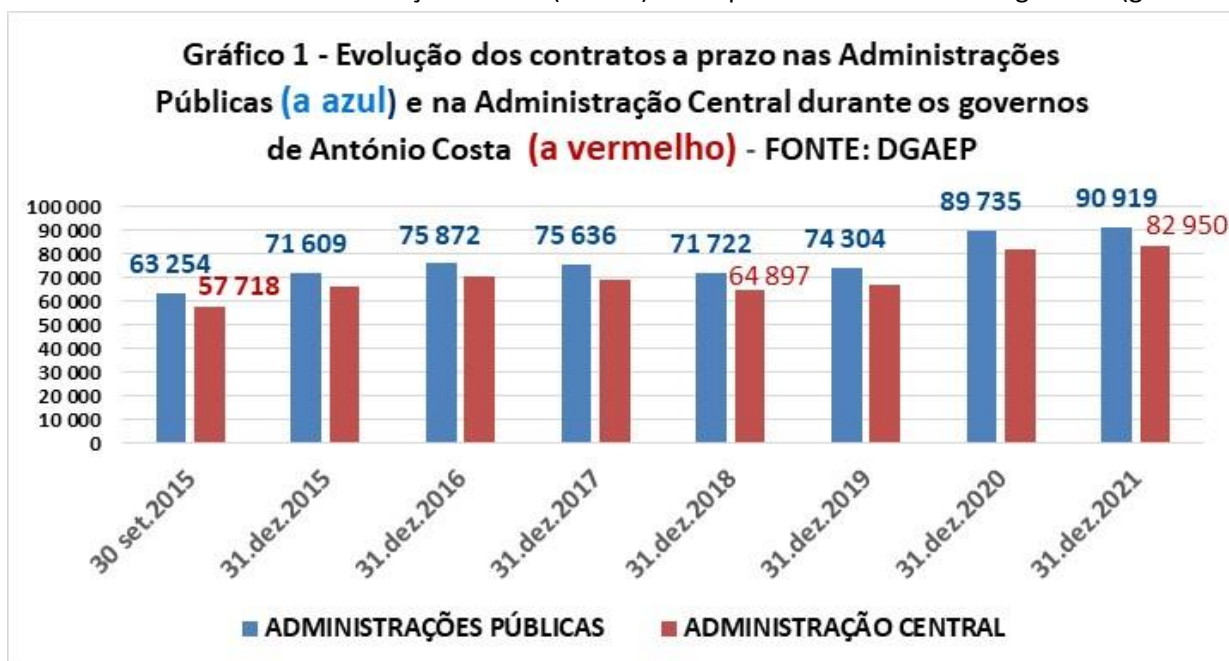
Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

**“A AGENDA DE TRABALHO DIGNO” DO GOVERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: aumento dos contratos a prazo, a continuação da redução do poder de compra em 2021 e em 2022, e uma Administração Pública que não é atrativa para os mais qualificados, que fomenta a promiscuidade público-privada, e que não estimula nem investe nos seus trabalhadores**

A Direção Geral da Administração e do Emprego Pública (DGAEP) acabou de publicar a “Síntese Estatística do Emprego Público” referente ao 4º Trimestre de 2021, com dados sobre número de trabalhadores e remunerações em 2021. É possível, utilizando esses dados do próprio governo, comparar os objetivos desse mesmo governo constantes da sua “*Agenda do Trabalho Digno*”, que tem como objetivos importantes o combate à precariedade e remunerações dignas (*chega ao ponto de prometer aos privados “benefícios ou condições mais favoráveis de natureza fiscal com o objetivo de prometer a celebração e revisão regular de convenções coletivas”*) com as suas práticas na Administração Pública. É isso o que se vai analisar neste estudo.

#### **O GOVERNO PROMETE COMBATER A PRECARIIDADE, MAS OS CONTRATOS A PRAZO E O TRABALHO TEMPORÁRIO SOB A CAPA DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS” DISPARAM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Os dados publicados pela DGAEP revelam que os contratos a prazo, depois de uma pequena redução em 2018, devido ao PREVAP, que era um programa que tinha como objetivo regularizar (reduzir) os vínculos precários nas Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*), dispararam de novo, mas fundamentalmente na Administração Central (Estado) da responsabilidade direta do governo (gráfico 1)



As barras a azul referem-se a todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional), e as barras a vermelho referem-se à Administração Central (o Estado), ou seja, a subordinada ao governo. Os dados do gráfico abrangem o período dos governos de António Costa (2015/2021). E as conclusões são as seguintes. **Em set.2015, quando o 1º governo de António Costa tomou posse, existiam nas Administrações Públicas 63.254 trabalhadores com contratos a prazo; e, em dez.2021, ao fim de mais de 6 anos de governos de António Costa, o número de trabalhadores com contratos precários tinha aumentado para 90.919, ou seja, mais 43,7%.** E isto apesar do PREAPV que reduziu os trabalhadores com contratos a prazo (*cerca de 32.000 trabalhadores em situação de precariedade apresentavam requerimento para que o seu vínculo passasse a efetivo e mais de metade conseguiram a integração*), pois sem este programa os números da precariedade ainda seriam mais elevados. **E é na Administração Central, portanto da responsabilidade direta do governo, que a precariedade tem maior peso. Em 2021, 91,2% (82.950) dos trabalhadores com contratos a prazo estavam no Estado.** Mas a precariedade não se esgota nos contratos a prazo. Há muita mais contratação, incluindo a empresas de trabalho temporário. Na proposta de OE-2022 estavam previstos, só na Administração Central, 490,3 milhões €:18,2M€ para “*Estudo e pareceres*”; 196,7M€ para “*Outros trabalhos especializados*”; 355,4M€ para “*Outros serviços*”. Aqui também é válido o ditado “*faz o que eu digo, mas não faças o que eu faço*”. Qual será a moral de um governo que tem esta prática para depois exigir “*trabalho digno*” aos privados.

EM 2021, OS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS CONTINUARAM A PERDER PODER DE COMPRA: remunerações médias aumentaram 0,5% e os ganhos médios 0,6%, mas a inflação subiu 1,24%  
O quadro 1, com os dados mais recentes da DGAEP, sobre o número de trabalhadores e as remunerações médias mostram que, em 2021, os trabalhadores das Administrações Públicas sofreram mais uma redução no seu poder de compra já muito degradado.

**Quadro 1- Nº de trabalhadores e remunerações base médias em 2020 e 2021**

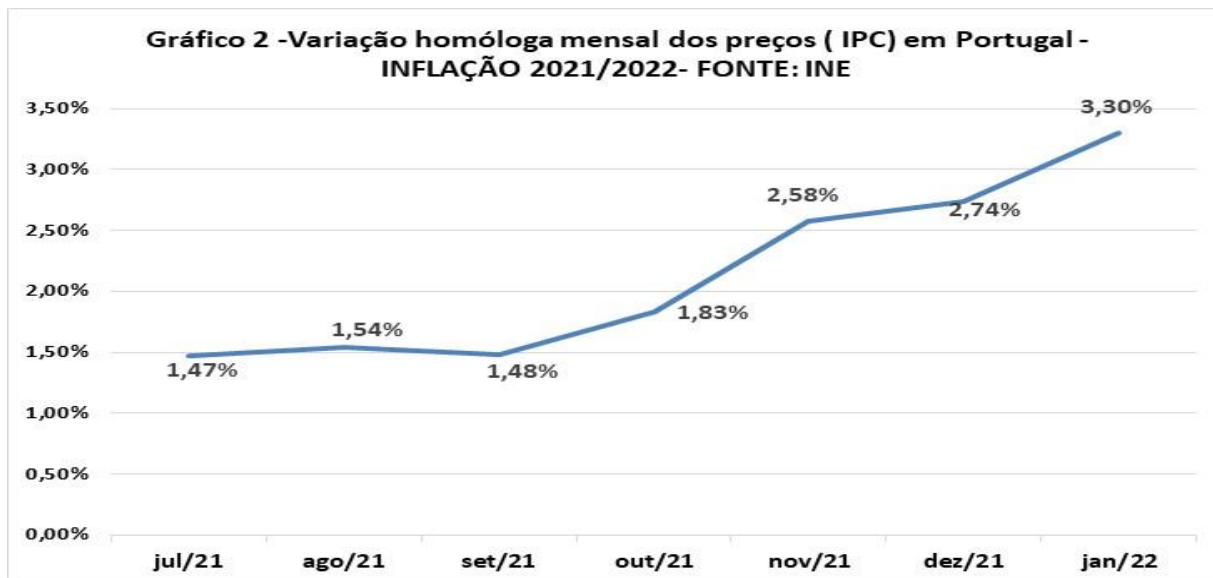
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº DE TRABALHADORES			REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA		
	dez.2020	dez.2021	2020-2021	out.2020	out.2021	2020-2021
<b>TOTAL</b>	<b>718 830</b>	<b>733 495</b>	<b>14 665</b>	<b>1 532,2 €</b>	<b>1 540,5 €</b>	<b>0,54%</b>
Representantes do poder legislativo (a)	2 373	2 349	-24	2 688,7 €	2 701,0 €	0,46%
Dirigente superior:	1 741	1 794	53	3 777,1 €	3 826,3 €	1,30%
<i>Dirigente superior de 1.º grau</i>	643	671	28	4 005,7 €	4 026,7 €	0,52%
<i>Dirigente superior de 2.º grau</i>	1 098	1 123	25	3 639,5 €	3 702,8 €	1,74%
Dirigente intermédio:	11 763	12 171	408	2 667,9 €	2 667,8 €	0,00%
<i>Dirigente intermédio de 1.º grau</i>	2 899	2 995	96	3 200,8 €	3 204,6 €	0,12%
<i>Dirigente intermédio de 2.º grau</i>	5 905	6 060	155	2 714,5 €	2 707,3 €	-0,27%
<i>Dirigente intermédio de 3.º e mais graus</i>	2 959	3 116	157	2 036,5 €	2 062,6 €	1,28%
Técnico superior	71 453	75 243	3 790	1 661,0 €	1 653,5 €	-0,45%
Assistente técnico/administrativo (b)	89 874	90 928	1 054	934,5 €	934,9 €	0,04%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	162 644	166 643	3 999	692,1 €	708,5 €	2,38%
Informático	5 208	5 277	69	1 811,3 €	1 797,5 €	-0,77%
Magistrado	3 953	3 955	2	5 181,7 €	5 168,9 €	-0,25%
Diplomata (d)	387	407	20	2 460,3 €	2 420,1 €	-1,64%
Pessoal de investigação científica	3 632	4 060	428	2 659,5 €	2 607,4 €	-1,96%
Docente ensino universitário	15 626	16 403	777	3 591,8 €	3 623,1 €	0,87%
Docente ensino superior politécnico	10 527	10 988	461	3 191,7 €	3 193,3 €	0,05%
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	140 166	140 390	224	2 167,4 €	2 196,7 €	1,35%
Pessoal de inspeção	1 844	1 887	43	2 215,3 €	2 220,8 €	0,25%
Médico	31 113	32 152	1 039	2 730,8 €	2 753,7 €	0,84%
Enfermeiro	52 302	53 739	1 437	1 440,9 €	1 452,6 €	0,81%
Técnico diagnóstico e terapêutica	10 434	10 909	475	1 294,5 €	1 310,6 €	1,24%
Técnico superior de saúde	1 962	1 944	-18	1 886,3 €	1 879,9 €	-0,34%
Administração tributária e aduaneira	9 137	8 873	-264	2 078,2 €	2 080,1 €	0,09%
Conservador e Notário	560	548	-12	4 031,5 €	4 034,6 €	0,08%
Oficial dos registos e do notariado	3 771	3 658	-113	2 002,0 €	1 992,5 €	-0,48%
Oficial de justiça	7 665	7 516	-149	1 434,4 €	1 473,2 €	2,71%
Forças Armadas	26 220	26 130	-90	1 306,0 €	1 315,1 €	0,70%
Polícia Judiciária	2 161	2 108	-53	2 115,4 €	2 080,5 €	-1,65%
Polícia de Segurança Pública	19 965	20 141	176	1 476,7 €	1 467,8 €	-0,60%
Guarda Nacional Republicana	21 687	22 472	785	1 489,7 €	1 520,4 €	2,06%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	1 058	1 035	-23	2 069,0 €	2 021,9 €	-2,28%
Guarda prisional	4 145	4 162	17	1 086,5 €	1 184,5 €	9,01%
Outro pessoal de segurança	1 288	1 243	-45	1 190,7 €	1 223,0 €	2,71%
Bombeiro	2 567	2 745	178	1 060,1 €	1 066,7 €	0,62%
Polícia municipal (e)	1 604	1 625	21	1 023,1 €	1 029,1 €	0,59%

Em 2021, a Tabela Única Remuneratória das Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*) manteve-se inalterável pois, mais uma vez, não teve qualquer aumento. A subida que se verificou nas remunerações foi a resultante das mudanças de escalões devido a “promoções”. Mas o seu efeito foi reduzido pois a remuneração base média mensal aumentou apenas 0,5% (passou de 1.532,2€ para 1540,5€) e o ganho médio mensal que inclui tudo o que os trabalhadores recebem (*horas extraordinárias, subsídios, etc.*) registou um aumento de 0,6% (passou de 1.788,9€ para 1.800,4€). Como a inflação (IPC) subiu 1,24% segundo o INE, os trabalhadores das Administrações Públicas sofreram, mais uma vez, uma redução no seu poder de compra.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

## EM 2022, NOVA REDUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS SE A PROPOSTA DE OE-2022 NÃO FOR ALTERADA

O governo decidiu aumentar, em 2022, as remunerações da Tabela Remuneratória Única das Administrações Públicas só em 0,9%. É apenas o segundo aumento desde 2010. O primeiro, teve lugar em 2020, e foi apenas em 0,3%. Mas a inflação disparou no 2º semestre de 2021 (gráfico 2) e será muito superior a 0,9%.



Se se mantiver este ritmo de crescimento homólogo dos preços (*a comparação é feita com o mesmo do mês do ano anterior*), utilizando um método estatístico adequado, conclui-se que os preços médios de 2022 serão superiores aos preços médios de 2021 em 5,1%. E os trabalhadores das Administrações Públicas sofrerão em 2022 novamente uma significativa redução do seu poder de compra.

### A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INCAPAZ DE ATRAIR OS TRABALHADORES MAIS QUALIFICADOS, E ONDE DOMINA A DESORGANIZAÇÃO E A FALTA DE EFICIÊNCIA, E É UM “MANÁ” PARA OS PRIVADOS

Em dez.2021 o número de trabalhadores nas Administrações Públicas era de 733.495, ou seja, mais 14.665 do que em dez.2020., representando 15% da população empregada. Em dez.2015, representava 14,5% (em dez.2011 era 15,3%). **Apesar do aumento de 74.351 trabalhadores entre dez.2015 e dez.2021, a eficiência e a eficácia dos serviços públicos não aumentaram significativamente.** E isto porque a estagnação das remunerações e a ausência de carreiras determinou que a Administração Pública deixasse, por um lado, de ser atrativa para trabalhadores com qualificações e competências elevadas sendo praticamente impossível a sua contratação (ex. eng. Informáticos, etc.) e, por outro lado, estimulante para os que já estão nela, fomentando também a promiscuidade público-privado comprovada pelos milhares de médicos e enfermeiros do SNS que trabalham também em hospitais privados em busca de um complemento para as suas baixas remunerações (*a produtividade dos médicos no setor privado é superior ao no SNS porque no privado recebem um valor à peça, por ato realizado, o que não acontece no SNS faça-se muito ou pouco recebe-se o mesmo*). São sintomas dos males profundos da Administração Pública a falta de professores qualificados e de médicos de família que já se sente, mas que se vai acentuar dramaticamente nos próximos anos com a aposentação de milhares de professores e médicos. A agravar esta situação está o facto da desadequação, em competências e qualificações, de uma parte dos trabalhadores atuais para as tarefas que desempenham e o reduzido ou mesmo nulo investimento da Administração Pública na formação profissional dos seus trabalhadores visando colmatar as deficiências de formação de base, o que junto à falta de meios, explica a baixa produtividade. Se associarmos a desorganização, agravada pela pandemia, e a desresponsabilização quanto ao cumprimento dos objetivos, acabamos por ter **um retrato da crise atual das Administrações Públicas** que interessa não esconder pois só assim é que é possível resolver e não ignorando ou adiando como o governo tem feito. Desta situação se aproveitam os **privados**, pois **a Administração Pública transformou-se num maná** para eles, já que é uma fonte de negócio e de elevados lucros Há entidades públicas, em que os próprios sistemas de informação sensíveis estão totalmente dependentes da consultoria privada, devido à inexistência de quadros técnicos internos, muitos vezes até insuficientes para fazer uma adequada fiscalização dos serviços prestados pelos privados, o que é muito grave, mas o governo continua a subestimar e adiar a solução, e a “*assobiar para o lado*”. Eugénio Rosa, 20/2/2020 , [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)